

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.832 - RS (2019/0266543-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA E OUTRO(S) - RS074531  
ALESSANDRA FAGUNDES ATIENSE - RS070188  
GISELA VIEIRA LORENZONI - RS067350  
**AGRAVADO** : COMERCIAL DE TECIDOS PAIER LTDA  
**AGRAVADO** : JOSE CAPITANIO  
**AGRAVADO** : VALDIR LEIMANN  
**AGRAVADO** : NILSO BEARZI  
**AGRAVADO** : MARISA KRAUSE CONFORTIN  
**ADVOGADOS** : HUMBERTO LODI CHAVES E OUTRO(S) - RS063524  
TIAGO ALEXANDRE BELTRAME - RS066196

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. 01 S/A. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CRÉDITO CONCURSAL.*

*Crédito concursal. Fato gerador anterior a 20.06.2016, data do pedido de recuperação judicial da devedora. Situação que se amolda ao disposto no art. 49, caput, da Lei n.º 11.101/2005, estando sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

*Orientação do juízo da recuperação judicial, através do Ofício 613/2018/0F: Os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.06.2016. E deve ser observada uma das seguintes hipóteses, a saber:*

*(a) com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial, ficando autorizada a liberação de eventuais valores depositados diretamente à devedora, consoante orientação do Juízo da Recuperação Judicial, através do Ofício nº 2018-GAB, endereçado à Câmara; ou,*

*(b) havendo valores espontaneamente depositados antes de 21/6/2016, com expressa finalidade de pagamento ou incontroversos pela preclusão ou pelo trânsito em julgado da decisão em sede de impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos, operados também anteriormente àquela data, possível é o pagamento de pronto à parte credora nos autos de origem, mediante a expedição de alvará, nos termos do acórdão proferido no A1.0034576- 58.2016.8.19.0000, do TJRJ.*

*Caso dos autos que se amolda à hipótese vertida na alínea "b" supra.*

*Litigância de má-fé da empresa de telefonia não caracterizada, modo a amparar a imposição de multa a tal título, como pleiteado em contrarrazões.*

*RECURSO DE APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ fl. 867/868)*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 886/893)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts 6º, 49, 59, da Lei 11.101/2005, sustentando, em síntese, que é inadmissível o levantamento de valores em favor da parte recorrida, tendo em vista que o crédito se tornou líquido de forma definitiva em data posterior ao deferimento da recuperação judicial.

Contrarrazões ao recurso especial (e-STJ fl.922/934)

É o relatório. Decido.

Quanto ao levantamento dos valores depositados, o Tribunal local, deu prosseguimento ao cumprimento de sentença sob os seguintes fundamentos:

*"Restou aprovado o Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores, com homologação pelo Juízo, em 08/01/2018. E, consoante a orientação desse mesmo juízo da recuperação judicial do Grupo OITTELEMAR, através do Ofício 613/2018/0F: Os processos que tiverem por objeto créditos concursais devem prosseguir até a liquidação do valor do crédito, que deve ser atualizado até 20.06.2016, devendo ainda ser observada uma das seguintes hipóteses, a saber:*

*(a) com o crédito líquido, e após o trânsito em julgado de eventual impugnação ou embargos, o Juízo de origem deverá emitir a respectiva certidão de crédito e extinguir o processo para que o credor concursal possa se habilitar nos autos da recuperação judicial e o crédito respectivo ser pago na forma do Plano de Recuperação Judicial, ficando autorizada a liberação de eventuais valores depositados diretamente à devedora (orientação do Juízo*

*da Recuperação Judicial, através do Ofício nº 2018-GAB, endereçado à Câmara); ou,*

*(b) em havendo valores espontaneamente depositados antes de 21/6/2016, com expressa finalidade de pagamento ou incontroversos pela preclusão ou pelo trânsito em julgado da decisão em sede de impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos, operados também anteriormente àquela data, possível o pagamento de pronto à parte credora, mediante a expedição de alvará pelo juízo de origem, nos termos do acórdão proferido no A1.0034576-58.2016.8.19.0000, do TJRJ (no âmbito do processo da recuperação judicial da devedora).*

***O caso dos autos é de crédito concursal, pois seu fato gerador é anterior a 20/6/2016 (o crédito dos apelados tem origem no descumprimento da obrigação de entrega de ações oriundas de 07 contratos de participação financeira firmados em 1992), enquadrando-se na alínea "b" porque: I) houve bloqueio (convertido em penhora) de R\$ 29.250,99 em 15 de setembro de 2014 (fls. 351-352 dos autos); II) o trânsito em julgado da decisão em sede de impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 10/12/2015 (como admitido expressamente no recurso de apelação - fl. 702, 4º parágrafo), também anteriormente à data do pedido de recuperação judicial (20/6/2016).***

*Assim, correto o Juízo da causa ao determinar o pagamento de pronto aos credores na origem (decisão consonante com os termos do acórdão proferido no A1.0034576-58.2016.8.19.0000, do TJRJ), extinguindo o feito na forma do art. 924, II, do NCPC." (e-STJ fl. 871/872)*

Como visto, a Corte de origem expressamente consignou que crédito em questão é concursal, pois seu fato gerador é anterior a 20/6/2016, houve bloqueio e correspondente penhora e trânsito em julgado da decisão em sede de impugnação ao cumprimento de sentença anteriormente à data do pedido de recuperação judicial.

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido concluído que o feito não se enquadra nas hipóteses de suspensão prevista pelo juízo da recuperação judicial, para se entender de forma diferente e acolher a pretensão recursal, seria necessário o revolvimento de elementos fático-probatórios dos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7 desta Corte.

Oportuno ressaltar que não cabe ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o Tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide. No

mesmo sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BRASIL TELECOM.CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. ART. 489 DO CPC/2015. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. LEVANTAMENTO DE VALORES. PREENCHIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. Não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tiver encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.*

*2. Verifica-se que o Tribunal estadual analisou todas as questões relevantes para a solução da lide, de forma fundamentada, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

*3. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.*

*4. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.*

*5. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 1352131/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE RECONHECEU A CONEXÃO - AÇÃO QUE DEMANDA QUANTIA ILÍQUIDA - AFASTAMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA - DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AGRAVANTE/FALIDO.*

*1. A decretação da falência, a despeito de instaurar o juízo universal falimentar, não acarreta a suspensão nem a atração das ações que demandam quantia ilíquida: se elas já tinham sido ajuizadas antes, continuam tramitando no juízo onde foram propostas; se forem ajuizadas depois, serão distribuídas normalmente segundo as regras gerais de competência. Em ambos os casos, as ações tramitarão no juízo respectivo até a eventual*

*definição de crédito líquido.*

**2. Não é possível, em sede de recurso especial, rever a convicção das instâncias ordinárias acerca da existência ou inexistência de conexão, em razão do óbice do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.**

***Precedentes.***

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.471.615/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/9/2014, DJe 24/9/2014 - sem grifo no original)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator